

Movimento psicanalítico e a questão da regulamentação

Tradução do original em inglês apresentado na conferência¹ *The Drive to Regulate College of Psychoanalysts (CPUK)* – Londres, 13 de novembro de 2022.

Vera Warchavchik

O que nos dói não é o futuro que não conhecemos mas o presente que não reconhecemos.
(MIA COUTO, 2020)

Nas últimas décadas, a psicanálise tem lidado com repetidas tentativas de regulamentação. Cada recorrência elege um novo mote, aparentemente renovado, mal ocultando sob um fino véu sua repetida insistência. Isso nos convida a perguntar sobre o porquê desta insistência a regulamentar; qual seu propósito? Sua origem é externa ao campo, levando-nos à questão de pensar sobre o que se passou, o que mudou, para que a psicanálise tenha se tornado objeto de interesse para agentes que, de fato, têm contato bastante limitado com ela. Esse é um fenômeno mundial que se manifesta de forma diversa conforme as especificidades locais, à qual a psicanálise também responde diferentemente – por vezes resistindo, por vezes cedendo.

Neste artigo, descreverei como essa pressão pela regulamentação tem se manifestado no Brasil e como os psicanalistas têm resistido a ela. No Brasil, a regulamentação se dá no interior de uma franca guerra cultural, parte das lutas políticas que se desenrolam no país. Essa versão perversa de regulamentação nos ajuda a pensar essa dimensão política, levando à questão se a psicanálise é, afinal, regulamentável. Por fim, considerando – como Freud – que a psicanálise é um movimento, refletirei sobre o modo como os movimentos se organizam e por que não precisam de regulamentação.

1. A tradução deste artigo, assim como de todas as citações das referências em língua inglesa, foram realizadas pela autora.

O caso brasileiro

O Brasil se encontra hoje em uma encruzilhada². A crise política de 2013 permitiu que a ultradireita, que desejava retornar ao poder desde o fim da ditadura civil-militar em 1985, recuperasse relevância política. Com apoio de movimentos internacionais também da ultradireita e de parte dos setores financeiros e empresariais nacionais e internacionais, ela se tornou poderosa e politicamente eficaz. Alcançou popularidade e penetração social, realizando uma aliança oportunista com o fundamentalismo neopentecostal e apoiando sua agenda conservadora, chegando a vencer a eleição presidencial de 2018. Essa aliança perversa degradou sistematicamente a esfera pública, atacando o Judiciário, desmontando programas sociais e suspendendo políticas de proteção ambiental para permitir a livre exploração pelo capital. Também desacreditou a cultura e o conhecimento, criando desorientação e confusão ao espalhar *fake news*³, manipulando o medo com a criação de inimigos imaginários, tais como o comunismo. Assim, chegou a colocar a própria democracia em risco.

Essa aliança entre neoliberalismo, fundamentalismo religioso e ultradireita pode parecer desconcertante de início, mas ela tem uma lógica interna. Pois enquanto o neoliberalismo aumenta os lucros para poucos, substituindo os conceitos utópicos de “direitos” e “justiça social” pelos lemas sedutores de “liberdade” e “meritocracia”, o fundamentalismo neoevangélico dá uma sanção moral a esses significantes, encobrendo a desigualdade e a precariedade estruturais. Enquanto o neoliberalismo liquefaz relações, destruindo laços sociais e atacando o comum, o fundamentalismo oferece tradição e certezas⁴, atenuando o desalento e a sensação de isolamento oferecendo um simulacro de comunidade e cuidado, desta vez dentro da própria comunidade religiosa. Em consonância com o neoliberalismo, o neoevangelismo seduz uma população que há muito tempo sofre com a exclusão e o descaso, valorizando um modo de vida centrado no indivíduo, na família e no empreendedorismo. Em um país complexo e diverso como o Brasil, onde, de acordo com a proposta de Hardt e Negri (2011), pode-se dizer que coexistem modernidade, antimodernidade e pré-modernidade, a ideologia neoliberal precisa da suplementação do discurso religioso para convencer. Liberdade e meritocracia são “ideias-fora-do-lugar”, como descrito por Schwarcz (2014), chocando-se com a realidade social da injustiça, opressão e desigualdade. Essa luta para fazer hegemônica uma ideologia que, ao final, não corresponde com a realidade material concreta a qual se refere, leva a uma aguda batalha ideológica. A ultradireita,

2. Esta apresentação foi anterior às eleições de novembro de 2022, que elegeram o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva. A tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 comprova que a democracia brasileira ainda está sob ameaça.

3. *Fake news* foi amplamente explorada tanto por pastores quanto por políticos, tendo sido institucionalizada durante o governo Bolsonaro com a criação do “Gabinete do Ódio”, como foi chamado pela imprensa, operando desde dentro do Palácio do Planalto e sendo comandado por Carlos Bolsonaro, filho do presidente. Funcionando como uma milícia virtual, forneceu narrativas contra os movimentos LGBTQ+ e demandas de esquerda. Durante a pandemia de Covid e motivado por interesses econômicos, foi também utilizada contra as políticas de isolamento social e de vacinação, dizendo tratar-se apenas de uma “gripezinha”, tratável com cloroquina. As *fake news* têm dividido a sociedade, difundindo medo e ódio.

4. O desejo por certeza e verdade para decifrar um mundo cada vez mais instável, opaco e alienante, pode explicar a receptividade das *fake news*, que se apresentam como um acesso direto a informações privilegiadas.

com penetração no Exército e facilitando o acesso às armas aos chamados cidadãos de bem, torna real essa batalha ideológica.

O interesse da ultradireita nesta aliança tem dupla face. Por um lado, e em conjunto com o neoliberalismo, ela defende a economia de livre mercado sem proteção social e ambiental. Por outro, vê na defesa fundamentalista do patriarcado e da moral conservadora uma oportunidade para suspender a repressão das práticas coloniais passadas e não elaboradas de escravidão, genocídio e racismo, revelando seu caráter verdadeiramente destrutivo e retrógrado. A ultradireita no Brasil fomenta abertamente o classicismo, a misoginia, o sexismo e o racismo nas mídias sociais, com a adesão silenciosa de agentes neoliberais, bem como de muitos líderes religiosos de direita. É nesse contexto assustador que a regulamentação da psicanálise insiste hoje no Brasil.

A pressão para regulamentar se origina nessa agenda fundamentalista que preexiste a essa aliança oportunista mais recente; trata-se de uma agenda que busca controlar e monopolizar a produção da subjetividade. Engajada em uma verdadeira guerra biopolítica, ela hierarquiza modos de vida, excluindo e desqualificando tudo o que diverge de sua moral. No passado defendeu a cura gay, patologizando a homossexualidade. Hoje, desacredita os movimentos LBGTQ+ e ataca a psicanálise por considerar sua concepção de sexualidade e gênero como ataques sem sentido à família e outros valores cristãos. Opõe-se à Reforma Psiquiátrica e ao Programa de Redução de Danos, defendendo a internação compulsória⁵ tanto para psicóticos como para usuários de drogas, novamente entrando em conflito com a psicanálise devido à sua reserva em relação à internação. Ela ataca as leis existentes para a proteção de menores, degrada a educação sexual nas escolas e ataca as leis já restritivas para o aborto para aumentar seu poder sobre as famílias e jovens. E, nos últimos 20 anos, tem tentado regulamentar a psicanálise em seus próprios termos, pressionando o Congresso por meio de lobistas ou por seus próprios representantes. Esse ataque insistente e sistemático à psicanálise parece confirmar a proposição de Freud de que ela representa um duro golpe narcísico para a humanidade (FREUD, 1917).

Hoje, e ao lado das pressões para regulamentar, neoevangélicos abusam do estatuto não regulamentado da psicanálise, utilizando o significante ‘psicanálise’ para designar sua própria *Weltanschauung*⁶. Eles prometem formação psicanalítica para prática clínica em seus próprios centros, distribuindo, no suposto término, diplomas, crachás e credenciamento em seus próprios conselhos. Essa apropriação de significantes, desorientando associações e distorcendo significados já estabelecidos, forçando sentidos novos e contraditórios é uma técnica amplamente utilizada pela ultradireita, usualmente direcionada a motes tradicionalmente utilizados pela esquerda.

Para resistir a essas múltiplas pressões, surgiu no ano 2000, quando a psicanálise brasileira se via particularmente ameaçada, um movimento chamado Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. A Articulação é composta por mais de quarenta instituições psicanalíticas distribuídas pelo Brasil, unindo espaços livres de transmissão, como o Sedes Sapientiae, as So-

5. No caso da internação compulsória, o interesse é impulsionado tanto por motivações morais quanto financeiras, pois muitos hospitais e Comunidades Terapêuticas são de propriedade e/ou dirigidas por entidades neopentecostais.

6. “Na minha opinião, então, uma *Weltanschauung* é uma construção intelectual que resolve todos os problemas de nossa existência uniformemente com base em uma única hipótese predominante, que, portanto, não deixa questão alguma sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo.” (FREUD, 1932 [1933], p. 158).

iedades Psicanalíticas (IPA) e diversas instituições lacanianas para tratar exclusivamente da questão da regulamentação. Ela tem limites fluídos e novas entidades são incluídas pelo simples endosso dos participantes. Não há liderança fixa, burocracia ou pagamentos. As diferentes entidades se revezam voluntariamente na realização de reuniões acordadas coletivamente. Os representantes são escolhidos pelas entidades de acordo com seus critérios internos, alguns permanecendo por muitos anos, outros sendo renovados periodicamente. Articulação tem tido sucesso em barrar muitas tentativas de regulamentação no Congresso, às vezes em ações conjuntas com a sociedade civil, universidades, Judiciário e os Conselhos de Medicina e Psicologia.

Articulação exerce resistência biopolítica contra a regulamentação não apenas na forma perversa pela qual circula pelo Brasil, mas em todas as formas, defendendo a ideia de que a psicanálise é não regulamentável. A regulamentação só pode oferecer garantias imaginárias com efeitos prejudiciais para a prática e a transmissão, sugerindo ser possível haver um Outro do Outro, fomentando conservadorismo e obediência. Não há garantias em uma análise, como não há na formação. Esses processos só ocorrem um a um, em seu tempo próprio, e são sujeitos a percalços e resistências. Eles são processos abertos que não podem ser medidos, atestados ou replicados, cada analista precisa assumir a responsabilidade ética de responder pelo processo que pôde realizar, tanto em sua análise pessoal quanto em sua formação e prática clínica.

Movimento, ecossistemas e regulamentação

Ao afirmar que a psicanálise não é regulamentável, a *Articulação* não pretende colocá-la acima ou além de qualquer outra prática que possa se beneficiar da regulamentação – apenas fazer jus à história e à lógica interna do campo. A psicanálise emergiu de um ato de transgressão do saber e da regulamentação médica e carrega essa marca. Constituiu-se por um ato de autoautorização e de emancipação que é simbolicamente repetido por cada analista ao autorizar-se de si mesmo e por si mesmo – ato que não se confunde com autorreferência pois, diferentemente desta, a autoautorização só se sustenta pelo trabalho feito junto a outros. Em seu surgimento, a psicanálise foi logo marginalizada e colocada “sob o bando da maioria compacta” (FREUD, 1925[1924]b p. 9), o destino, talvez, de qualquer proposição que revele o mal-estar na *Kultur*⁷. Isso, no entanto, não a impediu de se expandir rizomaticamente, com a adesão dos interessados em seu campo de pesquisa, prática e ética, logo tornando-se um espaço de múltiplas vozes⁸ onde os pares exercem diversas funções simultaneamente e de modo dinâmico: as de analista, analisante, supervisor, supervisionando, autor e estudante. Freud reconheceu certa função reguladora nesse entramado de relações quando confrontado com a questão da psicanálise selvagem, fundando, em 1910, a Associação Psicanalítica (PA). Nesse ato, ele reafirmou a especificidade da formação psicanalítica e propôs que o reconhecimento por pares,

7. *Kultur*, ora traduzida por ‘cultura’, ora por ‘civilização’, é definida por Freud como “toda a soma de conquistas e regulações que distingue nossa vida daquela de nossos ancestrais animais e que serve a dois propósitos – nomeadamente, proteger os homens contra a natureza e ajustar suas relações mútuas”. FREUD, 1939[1929] p. 89 (tradução da autora).

8. Veja, por exemplo, Freud, (1912) pp. 25-26 e (1925[1924])b pp.48-50.

resultante da participação ativa no interior do campo em diferentes funções – e não a regulamentação – exerceria uma função reguladora e protegeria o movimento⁹.

Freud (1917, p.143 em itálico no original) desmistifica a ideia de homeostase tanto para os sujeitos quanto para as sociedades ao afirmar que “o ego não é mestre em sua própria casa” e propor a hipótese de um além do princípio do prazer (FREUD, 1920). O desamparo e a ansiedade são inevitáveis, e situações de trauma, ou de insuficiência de recursos psíquicos, são sempre possíveis. Portanto, não há fórmula ou solução universal para o problema da existência, como pretende a religião, o que leva Freud (1930[1929], p. 83) a dizer que “cada homem deve descobrir por si mesmo de que modo particular pode ser salvo”, ou seja, de que modo singular manejará sua insuficiência psíquica ontológica. Uma demanda de análise surge quando o sujeito encontra impasses na solução previamente encontrada; o analista acompanha e sustenta o processo de questionamento radical e desconstrução (análise) da solução anterior, esgotando-a para criar possibilidades de emancipação – um *evento*, no entanto, que não é garantido e só pode ser feito pelo próprio analisante e em seu próprio tempo.

Esse caráter artesanal, transgressor, não adaptativo e emancipatório da psicanálise, corolários de sua proposição de sujeito dividido e da centralidade do desamparo ontológico, é incompatível com regulamentações que se baseiam em protocolos, previsibilidade, prevenção de riscos e padronização. Isso, no entanto, não significa que a psicanálise não seja autorregulada, pois, como dito, o trabalho coletivo – que se dá por uma necessidade estrutural, ou seja, pela necessidade de outros para trabalhar com a irreduzível alteridade que é o inconsciente –, tem efeito regulador. Mas há outra função reguladora, e provavelmente a mais importante, que deriva do fato da psicanálise ser, sobretudo, um Movimento.

Freud sempre se referiu ao Movimento Psicanalítico, fato que parece ter sido suprimido após sua morte e a diáspora dos psicanalistas devido à Segunda Guerra Mundial, dois fatores que contribuíram para incrementar o impulso do IPA de fixar, regulamentar e centralizar. ‘Movimento’ pode ser tomado tanto em seu sentido literal, marcando a psicanálise como um processo aberto, dinâmico e rizomático, quanto em seu sentido político, como um coletivo que emerge pelo desejo compartilhado de defender uma ideia e uma postura ética.

Para compreendermos como os movimentos se organizam, Rodrigo Nunes¹⁰ (2021) diz ser necessário transcendermos a falsa oposição entre organização vertical e espontaneidade horizontal, pois toda organização vertical inclui redes horizontais, assim como dentro de uma horizontalidade surgem lideranças. Ele conclui que qualquer interação humana envolve algum tipo de organização, a questão sendo, portanto, qual forma ela assume.

9. A PA, depois Associação Psicanalítica Internacional (IPA), logo se verticalizou e passou a agir como órgão regulador, deparando-se com os impasses resultantes dessa posição impossível. Hoje, o campo psicanalítico é aberto.

10. Rodrigo Nunes estudou os levantes e movimentos políticos das primeiras décadas de nosso século para analisar suas formas de organização. Esses movimentos tendiam a desdenhar a verticalidade e a liderança, fato que ele entende como resultante de certa decepção com os partidos políticos a partir do final do século passado. Esse efeito melancólico levou a certa idealização da horizontalidade que seria supostamente plana e homogênea e da qual emergiria o bem – indicando uma oculta teleologia.

Nunes define Movimento como:

uma rede não totalizável feita de variadas redes, uma ecologia de redes em evolução que, por sua vez, se aninha em ecologias mais amplas e que se sobrepõem de várias maneiras (a cidade, a nação, o capitalismo global, membros de uma certa classe, falantes de uma determinada língua) (NUNES, 2021, p. 164).

Aspectos importantes do Movimento Psicanalítico, muitos dos quais foram perdidos juntos com a supressão do significante ‘movimento’, estão contidos nessa definição. Em primeiro lugar, a psicanálise, sendo uma *ecologia de redes em evolução*, não tem fronteiras fixas nem é idêntica a si mesma. Sua forma e tamanho são dinâmicos, mudando em função da habilidade dos participantes atraírem e incluírem outros, assim como por sua capacidade de responder às necessidades e impasses de seu tempo: a sua relevância social. Também significa que ela contém diversos polos ou núcleos de transmissão, prática e produção de conhecimento com impactos distintos dentro do campo, cada qual decidindo sua própria forma de organização e de manejo das tendências à verticalização e formalização. Todos são interdependentes e influenciam-se uns aos outros de muitas maneiras – exercendo, assim, uma função reguladora – independentemente de estarem cientes disso ou não. Percebe-se assim que ecologias são menores que organismos, já que suas partes podem evoluir de modo autônomo ou mesmo sucumbir sem colocar o todo em risco, e maiores que as organizações, que têm objetivos e limites bem definidos e são constituídas por um ato de vontade (NUNES, 2021, p.173).

Em segundo lugar e em estreita continuidade com o anterior, em sua condição de *rede não totalizável*, a psicanálise é incompatível com procedimentos globais estabelecidos por organizações-meta; a tentativa anterior da IPA de exercer uma égide global só levou a impasses e rupturas. Participantes de um movimento aderem a ele voluntariamente pelo interesse em sua postura e proposições éticas, ocupando os espaços existentes ou criando novos. Da mesma forma, os participantes do movimento psicanalítico aderem rizomaticamente à causa, à medida que estabelecem vínculos transferenciais com ela em sua análise pessoal e com os pares com quem pesquisam juntos nos centros de transmissão. Estes possuem diferentes configurações e abordagens de transmissão, de acordo com as especificidades culturais e materiais locais, mas há consensos compartilhados, como a necessidade de análise pessoal, prática clínica com supervisão e leitura crítica de textos. Trata-se, portanto, de um campo aberto, possibilitando o surgimento de novas teorias, formas de prática e de transmissão para expandir e enfrentar os desafios contemporâneos, sem haver, no entanto, garantias a priori de sempre ir na melhor direção possível, a que incrementaria a capacidade de processar, aprender e agir coletivamente nas complexidades de interesse (NUNES 2021 p.155). A longevidade e a estabilidade de um movimento não dependem, portanto, de formalização, e sim da capacidade de compreender, transmitir e difundir a ética que o impulsiona, fomentando novas redes de participação.

Freud é frequentemente referido como o fundador da psicanálise, estabelecendo seu surgimento em 1900, 1895 ou mesmo antes. Freud, sem dúvida, criou e sistematizou um novo campo de pesquisa, deu-lhe o nome e forneceu-lhe seus conceitos fundamentais, mas um movimento nunca resulta de um ato de vontade, nem requer autorização (NUNES, 2021). A histeria e outras

manifestações sintomáticas estavam presentes como questão na esfera social, confrontando famílias, tradições e saberes médicos com demandas e manifestações de sofrimento que não podiam ser compreendidas nem atendidas. Havia a necessidade de uma nova compreensão e de tratamento da subjetividade, e Freud pode formulá-la, sem deixar de mencionar aqueles que antes dele, ou com ele, ajudaram a direcionar seu pensamento para certos fenômenos e forneceram-lhe os conceitos provisórios que colocou em uso no esforço para dar à psique o estatuto de objeto analisável. A necessidade social de uma nova compreensão da subjetividade, da cultura e da linguagem permitiu que a psicanálise emergisse na esfera social como um evento, inicialmente rejeitado, mas depois capaz de atrair colaboradores, difundindo-se na sociedade. A tendência de situar Freud como um pai fundador, com todas as implicações de culpa, submissão, verticalização, ortodoxia e tendência à dissidências que carrega consigo, novamente parece resultar da supressão do significante ‘movimento’ dentro do campo no pós-guerra.

Advir como um evento não implica em ausência de liderança ou pura horizontalidade, muito menos imunidade contra lutas de poder. Nunes (2021) sugere que se distinga *posição* de liderança, própria das organizações verticais formalizadas, e *função* de liderança, sendo esta última definida apenas pelo fato de ser seguida. Isso significa que a liderança dentro de um movimento resulta do fato de que se é seguido e que circula no interior do movimento de forma contingente, como “*liderança distribuída*” (NUNES, p. 180), conforme as ideias e as práticas emergem e, com isso, são difundidas e aderidas pelos participantes do campo. Freud foi seguido devido à sua capacidade de difundir ideias e enfrentar impasses com a proposição de novos conceitos, influenciando em grande parte a direção do movimento. Fê-lo com variados graus de centralização e controle; a distribuição de liderança dentro de um movimento varia, e lideranças localizadas, lutas de poder e tendências à ruptura estão sempre presentes. Desde a morte de Freud, diferentes líderes, instituições, linhas de trabalho, culturas e línguas assumiram a função de liderança, à medida que novos impasses exigiam novos conceitos, formas de transmissão e práticas, que foram então propostos e seguidos. Rupturas possivelmente advieram pelo fato de líderes serem seguidos por alguns, e não por todos, mas isso não enfraqueceu o movimento. A liderança distribuída, a ausência de limites definidos e a heterogeneidade podem criar instabilidade e complexidades, mas, por outro lado, previnem a paralisia e a entropia.

Nunes (2021, p. 182), apoiando-se na proposta de Deleuze e Guattari, sugere que os membros de um movimento formam um bando, e não um grupo, “no qual cada indivíduo responde a modificações em um ambiente comum, em vez de deliberar coletivamente ou seguir um único líder”. O bando, no entanto, não está imune à ambivalência, havendo tendências para formação de grupo, anseios por lideranças fixas, regulamentação global e menor permeabilidade. A colaboração e a transversalidade só podem prevalecer com a reafirmação ativa e constante da condição de desamparo ontológico, diminuindo a rivalidade e as demandas por reconhecimento, lembrando que toda e qualquer produção serve ao coletivo. A defesa da condição de bando e a resistência à formação de grupos é uma responsabilidade ética que precisa ser sustentada por todos que reconhecem a psicanálise como uma ecologia não totalizável e que levam adiante o que Freud descreveu em *Análise Terminável e Interminável* como uma tarefa impossível. *Articulação* resiste ativamente à formação de grupo, bem como a tendências de fechamento e verticalização, tarefa por vezes desafiadora, especialmente em situações em que a psicanálise está sob ataque.

O aspecto final do movimento, tal como definido por Nunes, *uma ecologia aninhada em ecologias sobrepostas mais amplas*, é crucial para nos lembrar dos efeitos prejudiciais do isolamento da psicanálise em uma “torre de marfim” em busca de pureza e precisão. Este isolamento é novamente resultante da supressão de sua condição de movimento e de seu compromisso ético com o social, vocação esta que é testemunhada pela criação das *Clínicas Livres* em 1918. Em muitas ocasiões Freud declarou que o mal-estar na civilização, embora insuperável, não é igualmente distribuído pela sociedade, nem são politicamente neutros os mandamentos que orientam as repressões. As *Clínicas Livres* faziam parte de um programa de reforma social mais amplo que se desenrolava em Viena na época e que buscava reparar a injustiça social, permitindo o acesso universal ao tratamento psicanalítico, defendendo sua inclusão ao sistema público de saúde. A permeabilidade e a influência mútua pela rede mais ampla, que engloba linhas de trabalho não psicanalíticas, movimentos sociais e sociedade civil, oscila de acordo com a presença de maior ou menor verticalidade, fixação e regulamentação. Essa permeabilidade não só fomenta trabalho como também estabelece limites, exercendo assim uma função reguladora não regulamentada.

Talvez não seja possível impedir o ataque mais recente contra a psicanálise pela criação de simulacros de cursos por fundamentalistas religiosos, mas estes devem ser afetados pela influência reguladora e pela pressão do ecossistema que estão dispostos a fazer parte, uma responsabilidade que é de todos os participantes do movimento. Pois, como coloca Nunes (2021, p. 155), “em um universo contingente, probabilístico, é preciso responsabilizar-se pelo que se quer que aconteça; ou, para ser preciso, para assegurar que se incremente o mais possível a probabilidade de que aconteça”. Não há garantias de como essa influência se dará, mas é certo que os psicanalistas não podem ocupar o espaço impossível e contraditório dos órgãos reguladores, purificando discrepâncias. Como vimos, a regulamentação totaliza, exclui a diversidade e torna homogêneo o pensamento em nome da identidade, permanência e certeza, enquanto os ecossistemas permitem a multiplicidade e a permeabilidade, exigindo consistência. Nesse sentido, regulamentação e permeabilidade são forças contrárias, pois quanto mais uma organização é regulamentada, menos permeável ela se torna; e quanto mais ela se isola da função regulatória do ecossistema, mais ela precisa de regulamentação.

As lutas e movimentos sociais das primeiras décadas deste século confrontaram a sociedade brasileira com a enorme dívida social que resultou de práticas violentas classistas, racistas e falocêntricas perpetuadas desde os tempos coloniais. A ascensão da ultradireita é, em certa medida, uma resposta defensiva a essa ferida narcísica, uma negação dessa imagem menos idealizada de si mesma, que reafirma os valores e crenças que estavam sendo questionados. A psicanálise também foi questionada pelos movimentos sociais e teve que enfrentar seu próprio elitismo e cegueira para a realidade social mais ampla. Isso fomentou debates e experimentação com novas formas de transmissão e prática. Não é, portanto, por meio da regulamentação que se protege o campo e que se abordam os pontos cegos, aprimorando a psicanálise, mas pela sustentação de uma posição ética de insuficiência e ousadia, ouvindo os questionamentos que surgem tanto de dentro quanto de fora. A psicanálise é portanto permeável tanto às incitações internas quanto àquelas que advêm do ecossistema mais amplo no qual se insere, exercendo com isso uma contínua revisão e pesquisa que impulsiona o movimento e fortalece sua pertinência social. Ela se organiza, desse modo, da melhor forma possível, e responde continuamente por sua prática.

A Articulação, como movimento dentro do movimento, é um pequeno participante do ecossistema psicanalítico, exercendo resistência biopolítica. Ela resiste sustentando ativamente uma disjunção – pois enquanto fundamentalistas se esforçam para regulamentar a psicanálise fingindo saber o que é um psicanalista e como ele vem a ser, os psicanalistas afirmam que a formação é um evento que se dá um a um. Enquanto os fundamentalistas se esforçam para monopolizar a produção da subjetividade, declarando saber como os sujeitos devem gozar e o que devem desejar, temer e esperar, os psicanalistas convidam os sujeitos a reconhecer a sua divisão subjetiva.

Finalmente, enquanto fundamentalistas, em aliança com a ultradireita, prometem acesso direto à verdade, seja esta religiosa ou leiga, os psicanalistas afirmam a inexorabilidade da alteridade do inconsciente. Em resposta ao desmantelamento das *Clínicas Livres* pela ocupação nazista em 1938, Otto Fenichel *apud* Danto (2005, p. 300), declarou que “o destino da psicanálise depende do destino do mundo”. Os regimes totalitários são incompatíveis com a psicanálise, sendo ameaçados por seu caráter desregulamentado, transgressivo e emancipatório; talvez seja menos compreendido que um mundo adverso ao risco, todo padronizado e regulamentado e que se recusa a reconhecer a insuficiência ontológica do sujeito não é apenas um perigo para o destino da psicanálise, mas para o futuro de toda a humanidade.

Referências

- ALBERTI, S. (Org.) *Ofício do Psicanalista: formação vs. Regulamentação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- DANTO, E. A. *Freud's Free Clinics – Psicanálise e Justiça Social, 1918-1938*, Nova Iorque: Columbia University Press, 2005.
- FREUD, S. (1950[1895]) *Project for a Scientific Psychology*. The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud. vol. I, London: The Hogarth Press Ltd., 1981.
- _____, s. (1910) *Wild Psychoanalysis*, vol. XI, op. cit.
- _____, s. (1914) *On the History of the Psychoanalytic Movement*. vol. XIV, op. cit.
- _____, s. (1916-1917) *Introductory Lectures on Psycho-Analysis*. vol. XVI, Conf. XVIII op. cit.
- _____, s. (1917) *A Difficulty in the Path of Psychoanalysis*. vol. XVII, op. cit.
- _____, s. (1920) *Beyond the Pleasure Principle*. vol. XX, op. cit.
- _____, s. (1921) *Group Psychology and the Analysis of the Ego*. vol. XIX, op. cit.
- _____, s. (1925[1924])a *The Resistances to Psychoanalysis*. vol. XIX, op. cit.
- _____, s. (1925[1924])b *An Autobiographical Study*. vol. XX, op. cit.
- _____, s. (1926) *Inhibitions, Symptoms and Anxiety*. vol. XX, op. cit.
- _____, s. (1930[1929]) *Civilization and Its Discontents*. vol. XXI, op. cit.
- _____, s. (1932-36) *New Introductory Lectures on Psycho-Analysis*. vol. XXII, Conf. XXXV, op. cit.
- _____, s. (1937) *Analysis Terminable and Interminable*. vol. XXIII op. cit.
- _____, s. (1939[1934-38]) *Moses and Monotheism: Three Essays*. vol. XXIII, op. cit.
- HARDT, M., & NEGRI, A. *The Commonwealth* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2011.
- LACAN, J. (1959-60), *The Ethics of Psychoanalysis*, trans Dennis Porter, New York & London: Routledge, 1999.